

## FORMAÇÃO DO SISTEMA URBANO. NOTAS DE LEITURA

TERESA BARATA SALGUEIRO<sup>(1)</sup>

Nos últimos anos está a verificar-se uma profunda alteração nos sistemas urbanos em articulação com os processos de globalização propiciados pela revolução tecnológica, principalmente no domínio da informação e, em menor escala, no dos transportes. Efectivamente, fala-se cada vez mais de estruturas em rede como uma alternativa, ou em substituição, da organização clássica dos lugares de tipo hierárquico. Nesta predominam relações verticais entre lugares de nível diferente e a posição de cada centro é definida com base no nível das suas funções, em larga medida explicado pelas características e relações do lugar com a respectiva área de influência. Já as redes são caracterizadas pela importância dos fluxos horizontais entre lugares de tamanhos equivalentes ou diferentes, sem necessidade de mediadores. A participação numa rede pode trazer mais vantagens a um lugar do que a área de influência que tende a perder relevância.

Numa altura em que se multiplicam os estudos sobre as redes (objectivos, tipologias, características), sobre as cidades e a sua competitividade, designadamente através do *marketing* territorial, pareceu-nos interessante dar conta de duas obras que reflectem sobre a formação dos sistemas urbanos em dois países que nos são próximos. O estudo de CARMEN DELGADO VINAS<sup>(2)</sup> é um trabalho de Geografia Urbana histórica que destaca o papel da administração pública, representado pela edificação do estado liberal oitocentista, na formação do actual sistema urbano de Espanha. O objectivo é mostrar a emergência da cidade capitalista, "entidade espacial qualitativamente distinta da cidade herdada que o sistema usa de acordo com a nova lógica económica" (p. 20) e, principalmente, acompanhar as transformações internas e o papel

---

(1) Professora Associada da Universidade de Lisboa, investigadora do CEGE e do GECIC. Dept. de Geografia, Faculdade de Letras, Cidade Universitária, 1699 Lisboa Codex. Fax: (351-1)7960063.

(2) 1995, Las Pequeñas y medianas capitales de provincia en el proceso de modernización del sistema urbano español. Las Palmas de Gran Canaria: Servicio de Publicaciones da Universidad. 228 págs.

desempenhado pelas pequenas e médias capitais de província na modernização do sistema urbano. A tese principal pretende rebater a afirmação, muito vulgarizada, de que muitas dessas pequenas e médias cidades fracassaram na modernização económica industrial, defendendo, pelo contrário, que foi "a própria lógica do capital que lhes fixou outro projecto, o de serem actores secundários no processo de acumulação capitalista"(p.21). De facto, estas cidade não estiveram paradas no tempo durante a segunda metade do séc. XIX e primeiro terço do actual. Pelo contrário, a sua estrutura já possuía então uma série de elementos novos característicos da *cidade industrial* com a alteração da base económica, a proliferação dos funcionários, especialmente naquelas onde o desenvolvimento da indústria foi menos notório, novas estruturas socioprofissionais, alterações na organização espacial, novos modos de vida e de comportamento (p.23).

Para demonstrar esta hipótese o livro está organizado em duas partes. A primeira refere-se à formação do sistema urbano analisando em capítulos distintos os factores de desenvolvimento urbano que estão na base da diferenciação entre as capitais e, portanto, da alteração na hierarquia urbana: reestruturação política-administrativa e efeitos de aquisição da capitalidade, renovação das infraestruturas de transporte, reorganização espacial das actividades económicas, transformação do regime de propriedade e atitudes dos novos proprietários do solo, com o estudo dos efeitos da desarmortização, e o crescimento demográfico.

A segunda parte foca as transformações do espaço intra-urbano das mesmas cidades. O enfoque é essencialmente morfológico e os capítulos analisam as dificuldades e atraso na instalação das infraestruturas de saneamento, a renovação e remodelação do centro histórico, com alterações na trama viária e nas edificações, a expansão urbana (tipos de *ensanche* e desenvolvimentos suburbanos) terminando com as relações entre os novos espaços da estrutura urbana. Apenas este último capítulo aponta para os aspectos funcionais, referindo o início do zonamento funcional, da segregação residencial e da antinomia centro-periferia nas áreas urbanizadas.

Trata-se de uma obra que pressupõe um conhecimento profundo da evolução das diversas capitais provinciais, para muitas das quais se dispõe de monografias profundas e cuidadas o que infelizmente não é verdade para a maior parte das nossas cidades; não apresenta muita informação de base mas refere os processos gerais e depois os exemplos de cidades que melhor os evidenciam ou que lhes constituem excepção. O livro não possui figuras mas extratextos coloridos com as plantas de 45 cidades numa escala próxima de 1:5000, constituindo uma interessante síntese sobre o processo de urbanização em Espanha e um desafio ao modo de pensar a dualidade ao mostrar que

o "fracasso" de uns territórios é afinal parte do sistema, um papel designado e tão necessário para o controlo do território como o desenvolvimento.

No remate, CARMEN DELGADO diz que o modelo de urbanização iniciado em Espanha em meados do século XIX reúne elementos do modelo de urbanização dos países industrializados da Europa e do protótipo da urbanização posterior existente no Terceiro Mundo porque, no geral, em Espanha o crescimento urbano foi desconectado do crescimento económico, designadamente no auge da actividade industrial, e registou-se um forte êxodo rural em direcção a cidades que não ofereciam condições económicas nem urbanísticas para receber esse volume de migrantes. Ao contrário do que considera ser o modelo do Terceiro Mundo, a Espanha desenvolveu uma rede urbana equilibrada com importante representação de cidades médias, colocadas entre as grandes cidades e os pequenos centros de serviços rurais. "Esta representação de cidades de tamanho médio foi fruto da organização centralizada do estado liberal e está representada pelas capitais de província que por vezes tiveram como função primordial administrar e gerir uma área de influência estabelecida por decreto" (p.210).

Para os interessados na questão urbana ibérica actual recomenda-se "Las ciudades espanolas a finales del siglo XX"<sup>(3)</sup> da AGE que reúne as comunicações ao 1º colóquio de Geografia Urbana organizado pelo grupo de trabalho deste tema da Associação de Geógrafos Espanhóis que se realizou em Cuenca em 1994 e do qual nos limitamos a indicar as 4 partes em que o livro está organizado e que correspondem às secções daquele colóquio. A primeira é sobre o sistema urbano espanhol nos anos 90 e reúne textos sobre os vários subsistemas e suas relações com o sistema europeu. A segunda parte trata a dinâmica das áreas centrais (cascos antigos e *ensanches*) enquanto a terceira foca o crescimento e ordenamento das periferias, referindo-se a quarta à importância dos instrumentos jurídicos (nova lei de solos, legislação autonómica) e modernas técnicas (SIGs) ao serviço do planeamento urbano.

Os fluxos de informação são cada vez mais importantes na estrutura do território desempenhando hoje o papel que anteriormente cabia aos fluxos materiais de desenhar o esqueleto do sistema urbano, como escreveu MILTON SANTOS (1989: 17). No seguimento das ideias desta autor e contribuindo para demonstrar a sua hipótese, LEILA DIAS<sup>(4)</sup> apresenta a formação do sistema urbano brasileiro em paralelo com a integração progressiva dos territórios que

(3) A. Campesino, M.Troitino, Mª Lourdes Campos (coord.),1995. Cuenca. Asociación de Geógrafos Espanoles e Universidad de Castilla-La Mancha. 221 págs.

(4) Leila Christina Dias, 1995, Réseaux d'information et réseaux urbain au Brésil. Paris: L'Harmattan, 172 pp.

constituem o país destacando o papel que neste processo tiveram as redes de comunicações.

O interesse principal desta obra é mostrar com um exemplo, o sistema urbano brasileiro, como as telecomunicações estão a produzir novas selectividades no território contribuindo para uma nova etapa na construção da rede urbana.

O livro está estruturado em três partes e cinco capítulos. Na Primeira Parte trata a rede urbana até aos anos 60 analisando, no primeiro capítulo, as origens e, no segundo, a formação do sistema urbano através da integração do mercado nacional.

Até meados dos anos 30 o Brasil caracterizava-se pela presença de um modelo agro-exportador, velho de 300 anos, orientado para a exportação de matérias primas do sector primário (agricultura e minas). O espaço nacional estava fragmentado em espaços regionais pouco ligados entre si e não se pode falar da existência de uma rede urbana, pois o conjunto de cidades não estava conectado.

Pelos finais dos anos 30, muito claramente nos anos 40, até à década de 60 desenvolve-se aquilo a que MILTON SANTOS chama de "*urbanização interior*" como resultado da integração gradual do território nacional com a extensão das redes de transportes, primeiro ferroviária e depois rodoviária. A integração económica faz-se sob a égide do capital industrial localizado principalmente em São Paulo que se consolida no comando da industrialização e do desenvolvimento do país.

Na Segunda Parte a autora apresenta uma panorâmica do desenvolvimento das redes de telecomunicações e do papel representado pelos vários agentes destacando o dos militares cuja estratégia levou a uma profunda associação entre desenvolvimento económico e segurança nacional.

O governo militar que toma o poder em 1964 vai atacar os dois principais estrangulamentos que obstaculizavam o crescimento económico (o atraso do Brasil em modernas tecnologias de informação e o deficiente sistema financeiro) aplicando uma reforma financeira e uma política de telecomunicações, em articulação com um vasto projecto de formação científica e tecnológica, para modernização da economia. Apoiam-se indústrias de alta tecnologia (electrónica, aeronáutica, petroquímica, siderurgia, entre outras) e fomenta-se o desenvolvimento de uma indústria nacional de telecomunicações.

Apesar da velocidade da expansão da rede de telecomunicações, entre 1969 e 1985, a densidade dos aparelhos telefónicos mantém-se muito baixa o que mostra como a exclusão social e o desenvolvimento vão a par, tal como duas faces de uma mesma moeda (p.162).

Finalmente, na Terceira Parte é estudada a última fase da urbanização. Depois de mostrar com alguns exemplos a modernização do sector bancário através do aumento do número de agências e da sua melhor cobertura do território, e a adopção da informática e da teleinformática pelas empresas da indústria, do comércio e dos serviços, a autora conclui pela existência de uma nova fase no processo de integração territorial. Enquanto na fase anterior a necessidade principal era eliminar as barreiras físicas à livre circulação de mercadorias e mão de obra através do desenvolvimento dos transportes, na fase actual o desafio principal põe-se na complementaridade e na regulação das actividades económicas, tarefa que incumbe às redes de telecomunicações (p.147).

"Para as organizações económicas a conexão a redes teleinformáticas é uma etapa no processo de modernização pois isso permite reduzir o tempo de circulação. O desafio principal consiste na procura do tempo – mundial ou nacional – que permite retirar proveito das economias gerais de produtividade, de circulação e de troca " (p.138).

Ao contrário do que seria de esperar, L. DIAS verifica que com as redes e serviços de telecomunicações se está a assistir a uma grande polarização e selectividade do espaço, tanto para a indústria como para os serviços, devido aos diferentes custos de instalação e de utilização. Deste modo a localização continua a ser um factor pertinente e a teleinformática tende a agravar as disparidades espaciais (p.138).

Através da exploração da informação sobre a rede mais importante de transmissão de dados no Brasil, a Transdata, estabelece a hierarquia entre os lugares e analisa as relações de domínio entre os centros. Nos últimos anos aprofundou-se a distância entre São Paulo e o Rio de Janeiro, acentuou-se a divisão territorial do trabalho e acelerou-se a urbanização (entre 1960 e 1980 a população urbana passa de 45 a 69%).

Este trabalho permite ver ainda a importância que o Estado e as empresas emblemáticas do capitalismo pósindustrial, os bancos, têm na estruturação da rede urbana, seja pelo seu papel na construção da infraestrutura *as redes de suporte*, seja como grandes utilizadores da telemática, e portanto na organização do território.